

O NEGRO E A EXCLUSÃO SOCIAL: A IMPLANTAÇÃO DE COTAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

SANTA ROSA, Jackeline Rezende

jackelinerezende@bol.com.br

MORAIS, Siêlo

sielo_ceu@hotmail.com

OLIVEIRA, Susidaly Santana Gomes

susisgoliveira@hotmail.com

SANTOS, Williams dos (Orientador)

Graduado em Pedagogia Especialista em Educação Superior (UNIT)

Professor da Universidade Tiradentes

Williams_santos@unit.br

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo verificar se a política de cotas é uma afirmativa em que brancos e negros são acolhidos nas universidades públicas sem distinção étnica, identificando a posição dos alunos em relação às políticas de cotas e analisando se os alunos da Universidade Federal de Sergipe são a favor das mesmas. Sustentado em fontes bibliográficas como Bourdieu, Carvalho, Chaves e pesquisas na internet, foram aplicados questionários com alunos de vários cursos da UFS, salientando a questão norteadora: Será que essa política de cotas possui caráter nivelador de oportunidades para todos na inserção nas universidades públicas ou acentua-se ainda mais a discriminação? Sabemos que desde sua vinda ao Brasil, o negro foi alvo de preconceito, e

que não puderam, por muito tempo, se beneficiar com a educação formal, esta que sempre foi privilégio de uma elite branca brasileira. Contudo esclarecimentos serão feitos sobre a presente temática. E, diante desta realidade, é necessário que nós da sociedade acadêmica, façamos um estudo mais acurado em relação aos impactos que trará a sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Negro, Cotas, Exclusão, Sociedade, Educação.

INTRODUÇÃO

Na primeira gestão do Governo Lula (2002 a 2006) se deu um grande debate em torno da Reforma Universitária, esta que só houve nos últimos anos da década de 60, no Regime Militar. Neste sentido, um dos pontos que mais se discute é a questão da política de cotas para a “inclusão de grupos étnicos historicamente excluídos no processo de desenvolvimento social”.

Segundo Carvalho (2002), essa política ou ação afirmativa é:

A política ou ação afirmativa é o ato consciente e decidido de reconhecer as injustiças históricas cometidas contra os afrodescendentes e apóia-los explicitamente na direção do crescimento pessoal e profissional através de oportunidades diferenciadas para que recuperem os séculos de exploração e tratamento desigual a que foram submetidos no Brasil”. (CARVALHO, 2002, p.92).

Mas, neste sentido, surge uma dúvida: “Será que essa política de cotas possui caráter nivelador de oportunidades para todos na inserção nas universidades públicas ou acentua-se ainda mais a discriminação?” Então, é a partir dessa questão que a pesquisa será desenvolvida.

O NEGRO E A EXCLUSÃO SOCIAL

Sabemos que o Brasil é um país multirracional, que faz parte desses compostos brancos, negros e índios. Sendo que os negros compõem 45,33% da população brasileira (Censo 2000 – IBGE). Os negros que se fixaram no Brasil foram trazidos da África como escravos por volta de 1550 e 1850, período em que foi extinto o tráfico negreiro na América (Lei de Eusébio de Queiroz). Mesmo extinto, o nosso país foi à última nação a abolir a escravidão (13 de maio de 1888 – a Lei Áurea foi assinada pela Princesa Isabel).

É com a abolição da escravatura que se traduz a total indiferença que a sociedade brasileira mantinha com os escravos. Foram libertados, porém não havia uma política que absorvesse essa mão-de-obra e incluísse os negros em condições igualitárias com os brancos na sociedade vigente. “Os negros foram lançados numa sociedade preconceituosa, de forma desarticulada, sem dinheiro, sem casa, sem comida, sem nenhuma condição de se estabelecer” (Relato do IBGE – ONTEM, HOJE, O NEGRO NO BRASIL). É neste contexto que reside à origem do preconceito e da distribuição racial na sociedade brasileira.

Atualmente é possível perceber as conseqüências desastrosas a que a abolição desorganizada trouxe à nossa sociedade e principalmente aos afrodescendentes, no tocante as estatísticas sobre o trabalho, salário, habitação, saúde e educação.

Com a herança social, existem no Brasil inúmeras áreas carentes que são formadas por descendentes dos antigos escravos, negros e índios. São favelas ou áreas alagadiças, que não oferecem uma estrutura adequada para habitação. Quando houve a libertação dos escravos, os antigos latifundiários preferiram empregar pessoas estrangeiras. (CONSTRUIR NOTÍCIAS, Ano 05, N° 28. Maio/Junho 2006, p.33).

Neste sentido, houve o estabelecimento da política do branqueamento. Então, como o mercado de trabalho estava fechado para os negros, logo eram obrigados a aceitar os piores

trabalhos para sobreviver e desta forma dar-se a formação de uma população livre, porém desprestigiada e excluída socialmente.

Outra influência do passado de escravidão é o nível de escolaridade: a taxa de analfabetismo é de 9% para os brancos e de 22% para os negros (pretos e pardos). Em 2000, cerca de 2% dos negros possuíam diploma universitário em contraposição a 10% dos brancos. É por isso que durante o período de redemocratização do país, houve várias iniciativas no campo parlamentar voltadas para a questão da desigualdade racial na educação.

Temos o projeto de lei nº 1332/83 proposto pelo Deputado Federal Abdias do Nascimento, que estabelecia uma “ação compensatória” pelos séculos de discriminação sofrida pela população negra. Em 1987, o Deputado Federal Florestan Fernandes fazia proposta de ação afirmativa para negros e outras populações marginalizadas a ser incluída em um capítulo da Constituição de 1988. Em 2000, o então Deputado Federal Paulo Paim apresentou o projeto de lei nº 3.198 ou Estatuto da Igualdade Racial, que previa um mínimo de 20% de cotas para negros nas universidades públicas, além de outras ações afirmativas.

Apesar de todas as tentativas para inclusão do negro no ensino superior e mesmo na educação básica, foi somente em 2001, na 3ª Conferência Internacional Contra o Racismo, a Xenofobia e Intolerância Correlatas realizada em Durban, na África do Sul, no ano de 2001, que tomou grande impulso à discussão, na sociedade brasileira, da reparação da população negra mediante ações afirmativas no acesso ao ensino superior por critérios étnicos como cotas ou pontuação (MOEHLECKE, 2004)

A partir desse novo cenário que se encontra o Brasil em que a situação do negro está sendo repensada, muitos discursos surgem favoráveis às políticas de cotas e outros contra. E é na perspectiva de tentar compreender tais discussões que o presente trabalho foi desenvolvido.

O NEGRO E A SUA INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

A realidade das universidades brasileiras está sendo descortinada depois de grandes debates sobre a proposta de reforma universitária, no tocante à política de cotas, que é um dos pontos a trazer grandes discussões, pois se coloca em questão o acesso dos negros nas universidades brasileiras, este sendo historicamente excluído e discriminado ao longo da vida social e acadêmica. Essa exclusão acadêmica acontece desde a formação das universidades brasileiras no século XIX, em que fazia parte desse público, majoritariamente uma elite branca.

A formação das universidades no Brasil se deu a partir da construção ideológica de um país racialmente democrático, como coloca Queiroz (2002), isso resultando na indiferença e insensibilidade da classe universitária a respeito da exclusão racial (Carvalho, 2002). Essa discriminação étnica é omitida, pois se legitimou esse fato a partir da idéia de quem conseguir entrar na universidade pública possui “méritos” para isso, ou seja, ao longo da existência universitária se reproduz um processo de exclusão racial em que os afrodescendentes desprivilegiados em relação a seu histórico social, econômico, político e cultural.

Muitos desses são originados de família pobre e estudou em escolas públicas defasadas e que na hora de competir no vestibular é deixado para trás por aqueles que possui “mérito”. Nesse sentido, portanto, Praxedes (2003) coloca que as cotas são combatidas nas universidades, pois se defende a ideologia do mérito que hipocritamente esconde que a idéia de mérito na universidade freqüentemente é contrariada por um vestibular que premia aqueles que se encontram nas posições sócio-econômicas e culturais mais vantajosas, e é desmentida pela prática do favor e do compadrio que muito influenciam no ingresso na pós-graduação, na concessão de bolsas de pesquisa e no ingresso e ascensão na carreira docente.

Também Carvalho defende essa idéia de mérito:

A ideologia do mérito passa a se desvincular de qualquer causa social. Como se alguém, independente das dificuldades que sofreu, no momento final da competição aberta e feroz, se igualasse a todos os seus concorrentes de melhor sorte social. (CARVALHO, 2002, p.84)

Falamos tanto em mérito que não poderíamos deixar de falar em Bourdieu, pois este afirma que “meritocracia” é mecanismo da classe dominante em reproduzir e legitimar as desigualdades sociais existentes, isto é:

A ideologia do dom, chave do sistema escolar e do sistema social, contribui para encerrar os mesmos das classes desfavorecidas no destino que a sociedade lhes assinala, levando-os perceberem como inaptidões naturais o que não é senão efeito de uma condição inferior, e persuadindo-os de que eles devem seu destino social à sua natureza individual e à sua falta de dons. (BOURDIEU, 1998, p.59)

É o caso dos negros. Pois ao longo de sua história, se criou mecanismo de identificação de que não são capazes de praticar atividades que exigem concentração, inteligência e raciocínio, ficando isto para os brancos. E que os negros são mais hábeis para desempenharem atividades que exijam força braçal, ou que são bons para o futebol, para a música popular, etc. Portanto, a “meritocracia” é um mecanismo de naturalizar as desigualdades sociais e, dessa forma, silenciar as injustiças existentes na comunidade universitária.

Percebemos com isso que a escola é um dos espaços principais de reprodução das desigualdades sociais. Então, já que a educação em si é reprodutora das desigualdades, um dos grupos que mais são afetados são os afrodescendentes, porque estes ocupam na esmagadora maioria o lugar dos desfavorecidos e é nesta esfera que reproduz as relações sociais.

A pesquisa “A Cor da UFBA” coordenada pela professora do departamento de educação da UNEB com o apoio do Programa A Cor da Bahia em 1997 tinha como propósito buscar dados que até então eram inexistentes em uma universidade pública federal, sobre o perfil étnico do aluno ingresso na UFBA. Depois foi feita uma pesquisa comparativa tomando como critério universidades de representatividade e prestígio em termos regionais, elegendo a Universidade do Maranhão

(UFMA), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade de Brasília (UNB). Os dados revelaram que as universidades federais brasileiras investigadas apresentam-se como espaços, fortemente seletivos, particularmente marcados pela desigualdade racial. E que o acesso a cursos prestigiados socialmente são predominantemente brancos. Os negros que estão nas universidades geralmente se encontram em cursos menos valorizados socialmente, embora estes estudantes seja também bastante selecionados (QUEIROZ, 2002, p.15). Percebemos que esse problema não faz parte do passado acadêmico, mas sim, marca a atualidade das universidades brasileiras.

Com tudo isso, o negro não só na vida universitária, mas em todos os campos da vida pública é discriminado, desde a educação básica até na inserção no mercado de trabalho, não apenas pelo fato da maioria serem pobres, mas, sobretudo, por possuírem um passado de escravidão que os colocam em desvantagem junto ao resto da população.

De acordo com a realidade histórica universitária, em que esta só teve uma reforma no final da década de 60, o atual Governo Federal Luís Inácio Lula da Silva, propõe uma reforma universitária em que um dos pontos contempla a correção da exclusão étnica onde a população afrodescendente (negros e pardos) seja absorvida nas universidades públicas federais. Para o Ministro da Educação dos anos de 2004 e 2005 é importante a preocupação do Estado em relação aos afrodescendentes de nosso país, primeiro porque, apenas 2% da população negra está na universidade, enquanto que ela em seu total é de 45,33% da sociedade brasileira, e segundo a “cor da pele”, face aos preconceitos, somou-se às condições de pobreza como fator de exclusão.

Ele ainda afirma que:

Essa condição de pobreza foi acentuada devido ao desenvolvimento sócio-econômico do escravismo, impedindo a formação de um “capital familiar” que seria indispensável para a melhoria das condições de desenvolvimento e competição, no interior da modernização capitalista. A política de cotas, portanto, opõe-se à naturalização destas condições, mas obviamente não as termina, logo, não é uma solução, mas só um avanço. (GENRO, 2004, p.2)

Em suma, a proposta do Ministério da Educação é descrita por Genro:

A proposta do Ministério da Educação é prosseguir com um debate democrático e respeitoso sobre o assunto e ir testando a aplicação das cotas em cada universidade será um impulso na nossa maioria política e a afirmação da magnífica identidade plurirracional e cultural do Brasil. (GENRO, 2004, p.3)

Nem todos apóiam essa proposta de cotas do Governo Federal, como é o caso da ANDES-SN (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior), que faz uma análise do anteprojeto de lei sobre a reforma da educação superior. Ela acusa as ações afirmativas do Governo de representar na realidade ações assistenciais, compensatória, focal, em detrimento de políticas universalistas. “É preciso colocar em prática, políticas afirmativas tratadas com direitos e capazes de assegurar aos segmentos mais duramente explorados melhores condições de acesso à educação superior”. (Anteprojeto de lei sobre a reforma da educação superior. Sessão III, p.31-34).

O Anteprojeto diz ainda “como estratégia para assegurar o acesso universal, o ANDES-SN sustenta a sua posição quanto à necessidade de políticas estruturais para garantir os direitos sociais.”. A política afirmativa deve se dar na oferta de educação básica de qualidade prioritariamente para os territórios que possuam renda menor e equipamentos urbanos e níveis mais débeis. Com isso haverá uma correção no acesso às universidades, pois todos terão oportunidades igualitárias e a competição será de forma também igualitária. Então, ao invés de se discutir uma proposta voltada apenas para um segmento da população como um todo, deve-se pensar numa proposta universal.

Uma outra idéia contraria a adoção das políticas de cotas é o que afirma que o seu estabelecimento atrairia uma competição interétnica, porque estaria se firmando uma separação racial que resultaria em conflitos entre brancos que possuem capacidade para entrar na universidade por meios tradicionais e afrodescendentes que entrariam na universidade por motivos assistencialista, ou seja, os negros serão absorvidos pelas universidades porque foi reservado um determinado número de vagas, independente de sua média em relação aqueles.

RELATÓRIO DA COLETA DE DADOS NA UFS

A coleta de dados foi realizada com 47 alunos de diversos cursos, onde 15 são contra a política de cotas, 31 a favor e 1 com opinião não formada.

O questionário foi aplicado na Universidade Federal de Sergipe, no dia 07/05/08 às 15:30h e os cursos que participaram da pesquisa foram: Geografia Licenciatura, Biologia Licenciatura, Mestrado em Biotecnologia, História Licenciatura, Física e Letras Licenciatura.

Da amostra selecionada foi observado que alguns alunos brancos se declararam como negros, e estes são a favor da política de cotas e 6% dos alunos negros são contra.

Os alunos que se declararam negros usaram muitos argumentos como: “As cotas vem a diminuir a capacidade de inteligência do negro”, também eles apontaram que as cotas vão beneficiar os negros das escolas públicas, mas também deixam a desejar em relação aos alunos brancos e carentes.

Afirmaram ainda, que as cotas não vêm resolver o problema, mas acirrar os preconceitos. Já os declarantes negros que são a favor das cotas dizem que as cotas são paliativos e que vem para aliviar com o preconceito racial e social, mas que as autoridades competentes precisam fazer uma política mais consciente e definitiva, podendo não só incluir o negro, mas o indígena e o branco da camada social baixa.

O professor Petrônio Domingues da UFS diz que não existem raças puras, pois a história vem mostrando uma miscigenação entre raças. O fato histórico não pode negar a miscigenação das raças

Sobre o sistema de cotas, foram concluídos:

Opinião Porcentagem(%)

Acha justo as cotas para alunos oriundos da escola pública.50%

Acha justo as cotas para alunos negros.10%

Acha justo para alunos negros e alunos oriundos da escola pública.5%

Não acha justo as cotas para negros e nem para alunos de escola pública.34%

Não tem opinião formada.1%

Outras opiniões a cerca da temática:

Opinião Porcentagem(%)

Os alunos que entrarem através (substituir: por meio) das cotas não terão maiores dificuldades que outros para acompanhar o curso.40%

O sistema adotado é uma alternativa de correção das desigualdades raciais e sociais existentes com relação ao ingresso na universidade.15%

A convivência acadêmica com os colegas que entrarem pelo sistema de cotas será positiva ao processo educacional.5%

Outra opinião.35%

Com a pesquisa de campo realizada podemos comprovar que o sistema de cotas é aceito, com exceção de uma pequena parcela da comunidade acadêmica; excluir: porém há aqueles que são contra, contudo as afirmativas confirmaram; excluir: puderam ser confirmadas com a hipótese. Entretanto o preconceito existe, mas de forma inferior ao esperado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das argumentações expostas neste artigo, observamos que o assunto precisa ser mais discutido, pois há diversas discussões e variadas opiniões. É preciso que nós da sociedade acadêmica abramos os olhos para este fato, mas que também a sociedade civil busque conscientizar-se em relação à polêmica armada sobre o tema e se posicione e exponha suas opiniões. Além de que, com a entrada das ações afirmativas em pauta nas agendas das políticas nacionais, coloca-se em evidência se realmente há uma verdadeira democracia no Brasil.

Em conclusão, podemos afirmar que o sistema de cotas em benefício dos integrantes da raça negra é justo, pelo aspecto histórico, e é constitucional, podendo ser imediatamente implantado (superada a controvérsia sobre o critério de definição racial), porém, não é o principal ponto de cisão social no Brasil.

O sistema de cotas é a forma pela qual o Estado se propõe a compensar os integrantes da raça negra, mediante a reserva de vagas em concursos públicos para provimento de cargos e empregos públicos e, ainda, para o preenchimento do corpo docente das faculdades públicas.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Escritos da Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CARVALHO, José Jorge (2002). “Exclusão Racial na Universidade Brasileira: um caso de ação negativa”. In: **O Negro na Universidade**. Delcele Mascarenhas (Coord.). Publicação do Programa a Cor da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA – Salvador: Novos Toques, n.s.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Análise do projeto de lei sobre a reforma da educação superior. Disponível em: < [http:// www.adufu.org.br](http://www.adufu.org.br)> acesso em: 24 set 2006.

CONSTRUIR NOTÍCIAS Nº 28 – ANO 05 – MAIO/JUNHO 2006. **Relações étnicos raciais, diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnicas-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.**

PRAXEDES, Walter (2003). **O movimento docente e a proposta de cotas para negros no ensino superior**. Disponível em: < [http:// www.espacoacademico.com.br/025/25wlap.htm](http://www.espacoacademico.com.br/025/25wlap.htm)> acesso em: 24/09/2006.

GENRO, Tarso. (2004). **Cotas, direito e democracia**. Disponível em: < <http://tarsozjenro.com.br/artigos/flnews.php?id=20>>.

MOERLECKE, Sabrina. **Ação afirmativa no ensino superior: entre a excelência e a justiça racial**. 2004. Disponível em www.scielo.br.

PROJETO DE LEI (2004). Disponível em < [http.camara.gov.br/sileg/intejzras/223523.htm](http://camara.gov.br/sileg/intejzras/223523.htm) >. Acesso em 24 set. 2006.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas (2002). “Desigualdades raciais no ensino superior no Brasil. Um estudo comparativo”. In: **O negro na Universidade**. Dulcele Mascarenhas Queiroz (Coord.). Publicação do Programa a Cor da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.